

# Torturador não pode mais ser anistiado

### Constituinte rejeita pena de morte e torna inafiançável o tráfico de drogas

BRASÍLIA — Rejeição da pena de morte e do princípio de garantia de emprego contra dispensas imotivadas foram algumas das decisões tomadas ontem pela Constituinte, que manteve inalterados quase todos os dispositivos aprovados em primeiro turno. O deputado Amaral Netto (PDS-RJ), autor da emenda que introduzia a pena de morte no País para os crimes hediondos, conseguiu apenas uma vitória parcial: esses delitos foram mantidos no elenco dos inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, ao lado da prática de tortura, do tráfico de drogas e do terrorismo.

A sessão de ontem da Constituinte começou com a votação de uma fusão de emendas acertada pelas lideranças, com apenas uma alteração de caráter técnico do inciso XIV do Artigo 5º. Em lugar de "são crimes inafiançáveis" ficou "a lei considerará inafiançáveis", o que, segundo os especialistas, não enfraquece o dispositivo, já que ele tem sentido imperativo.

O deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) defendeu emenda de sua autoria para excluir do texto a expressão "anistia", com o que tornaria anistiáveis a prática da tortura, o tráfico de drogas, o terrorismo e os crimes hediondos. Como todas as lideranças e o relator se pronunciaram contra, ele a retirou.

A Constituinte manteve inalterados, entre outros, os dispositivos que estabelecem o seguinte:

- A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático, é crime inafiançável e imprescritível, assim como a prática do racismo;
- Toda pena atingirá exclusi-

vamente a pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação da perda de bens poderá ser estendida aos sucessores até o limite do patrimônio transferido;

- É garantido o direito de herança (a deputada Tutu Quadros retirou, na hora, emenda visando a suprimir esse direito, que segundo ela não consta das constituições modernas e "é prejudicial");
- É reconhecida a instituição do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida, com sigilo das votações e soberania dos veredictos.

### IDENTIFICAÇÃO

O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial, conforme aprovou a Constituinte. Da mesma forma, também foi aprovado que a pessoa civilmente identificada não será submetida à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Os dois dispositivos constam do capítulo I, título II, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, cuja votação foi praticamente encerrada ontem, faltando apenas dois incisos e dois parágrafos que serão apreciados hoje, depois de nova tentativa de entendimento entre as lideranças partidárias.

Pela fusão de destaques aprovada pela Constituinte, foi suprimido o inciso LXXV, que permitia "ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão que fira preceito desta Constituição".

### ESTABILIDADE

Acabou frustrada a última tentativa de incluir na futura Constituição o princípio de garantia no emprego contra a dispensa imotivada. Por 150 votos favoráveis contra 226 negativos e 15 abstenções, a Constituinte decidiu adotar a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de Lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos. Ou seja, o empregado continuará a ser dispensado sem justa causa, desde que

indenizado, que é a novidade com relação a atual situação, na qual o demitido, se optante, recebe apenas o FGTS.

A Constituinte já se havia decidido pela indenização compensatória no primeiro turno, mas o PT apresentou emenda supressiva, com vistas a incluir na Nova Carta apenas o princípio da garantia no emprego, contra a despedida arbitrária.

### MANDADO DE INJUNÇÃO

A pessoa que se sentir prejudicada, devido à falta de norma reguladora, no exercício dos seus direitos e liberdades constitucionais e nas prerrogativas de nacionalidade, soberania e cidadania, poderá ingressar com mandado de injunção. A decisão foi tomada ontem com base no acordo entre lideranças partidárias.

O mandado de injunção é uma figura nova no direito brasileiro, assim como o *habeas data*, aprovado com base no mesmo acordo. O *habeas data* assegura ao cidadão o direito ao conhecimento de informações sobre sua pessoa incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. O recurso serve também para retificar dados, caso o impetrante prefira não adotá-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

### DIREITO AUTORAL

A extensão do direito autoral também aos intérpretes, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e da voz humanas, inclusive nas atividades desportivas, são algumas das novidades da futura Constituição, mantidas na votação de ontem, com alteração apenas de ordem técnica: dois incisos foram transformados em alíneas.

Para o líder do PSDB, deputado Artur da Távola (RJ), que teve destacada atuação nessa matéria, as inovações são "filhas da moderna tecnologia" e da expansão dos meios de comunicação, principalmente da televisão.



Jobim (na cabeceira), Lins, Lula, Vivaldo e Genofno: os líderes, à mesa de negociações

## Temas polêmicos ficam para hoje

BRASÍLIA — Ulysses Guimarães decidiu adiar para hoje a votação dos temas polêmicos que não conseguiram o acordo de lideranças durante as reuniões de negociação. Entre eles, a jornada máxima de seis horas de trabalho, a licença-paternidade, a prescrição de ações trabalhistas e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. A decisão atendeu aos partidos de esquerda e frustrou os integrantes do Centrão, que desejava promover uma ampla mobilização dos seus seguidores, em Brasília, a tempo de derrubar ou apoiar as emendas supressivas de seu interesse.

"Queremos no mínimo 48 ho-

ras para votar esses pontos", protestava o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão, alegando que não havia como, na noite de ontem, convocar os candidatos a prefeito, por exemplo, para votar questões de seu interesse na tarde de hoje. Ponte tentará ainda, junto com outros integrantes do grupo, conversar com Ulysses pedindo que ele reconsidere sua posição e lembrando que será muito difícil chegar-se ainda hoje a um acordo sobre temas tão polêmicos e decisivos para a economia nacional. "Além do mais, temas como estes têm de ser decididos pela maioria do plenário", lembra ele.

Ontem a reunião de lideranças

consumiu a maior parte do tempo discutindo o inciso 62 do artigo 5º, que estabelece que "ninguém será preso sem em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". Na semana passada os líderes haviam acertado que se acrescentaria à expressão "salvo nos casos de prisão administrativa e disciplinar", só que a nova redação não agradou aos militares, maiores interessados no assunto, que se sentiram impedidos de punir crimes praticados por militares e previstos no Código Penal Militar. Rediscutido o assunto, não houve mais consenso para manter a expressão acrescentada.

### Castigo para quem faltar, pede o PSDB

BRASÍLIA — A cúpula do PSDB, acompanhada de alguns de seus candidatos a prefeito, entregou ontem um documento ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedindo providências para apressar os trabalhos e punir rigorosamente os ausentes, pois considera "absolutamente indispensável a votação e promulgação do texto da Constituição a tempo de produzir efeitos na própria eleição de 15 de novembro".

De acordo com o documento, os trabalhos poderão estar concluídos em quatro semanas se a Mesa da Constituinte adotar medidas como a convocação aos sábados e domingos. Ao mesmo tempo o PSDB pede "providências, as mais energéticas, regimentalmente previstas, com a responsabilização plena de quem esteja, por ação ou omissão, compactuando com este plano de verdadeira traição nacional". O partido entende, ainda, que qualquer manobra para protelar os trabalhos significa "uma ameaça à normalidade da transição democrática".

"Sinto que este exemplo deve ser seguido", respondeu Ulysses aos parlamentares, elogiando as lideranças do PSDB e garantindo que está disposto a adotar medidas energéticas. Ele ponderou, contudo, que algumas delas, como o esforço concentrado, já foram tentadas pela Casa, "sem sucesso".

O secretário-geral do PSDB, Euclides Scalco, sugeriu que a Mesa adote um calendário de votações, como fez a Comissão de Sistematização, estipulando alguns dias para a votação de cada capítulo. Com esse método, calculou Scalco, seria possível concluir os trabalhos em 20 dias. Ulysses achou a idéia "inteligente" mas argumentou que a situação "agora é diferente". O que não puder ser analisado e votado dentro do calendário não pode ser considerado aprovado, explicou.

O senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI) tinha uma proposta ainda mais ousada mas não chegou a apresentá-la na pequena reunião feita na ante-sala de Ulysses. Ele quer que o presidente da República não se ausente mais do País até que os trabalhos terminem, de forma a evitar que Ulysses deixe a presidência dos trabalhos para ocupar a Vice-Presidência da República, o que sempre atrapalha as votações. Se Sarney não puder deixar de viajar, o senador sugere que o presidente do Supremo Tribunal Federal ocupe o cargo de vice-presidente. "Sem Ulysses na presidência dos trabalhos, a Constituinte não anda", sentenciou.



Sant'Anna: "Tudo zerado"



André Dusek/AF

Com quórum de 421 parlamentares, a Constituinte pode enfim trabalhar

## Meta é votar tudo este mês

BRASÍLIA — Finalmente com quórum, 421 parlamentares à tarde em plenário — embora à noite fossem registrados cerca de 380 — a Constituinte retomou ontem as votações. Apesar da rapidez que imprimiu aos trabalhos, novas medidas serão adotadas para que andem ainda mais depressa. Ulysses Guimarães, visivelmente satisfeito com o resultado de seus repetidos apelos aos constituintes, convocou as lideranças partidárias para reunião hoje com esse objetivo. A liderança do PMDB já propôs um "esforço concentrado" a partir da próxima semana, com sessões inclusive aos sábados e domingos, para se concluir o segundo turno até o final do mês.

À tarde, em pouco mais de duas horas e apenas três votações, a Constituinte concluiu o exame de 50 dos 52 incisos do artigo 5º, que trata dos direitos individuais e coletivos, e iniciou a votação do artigo 7º, onde estão as questões relativas aos direitos sociais e tra-

balhistas. Quase nada do projeto do relator foi alterado. As votações foram realizadas com base nos acordos previamente firmados pelas lideranças partidárias. As emendas destacadas que não estavam incluídas nos entendimentos foram rejeitadas ou acabaram sendo retiradas por seus autores — sempre com os agradecimentos de Ulysses e aplausos do plenário.

### TEMOR

A sessão começou às 13h30 e até as 15 horas, com menos de uma centena de parlamentares em Plenário, muitos constituintes ainda temiam que novamente não se alcançasse quórum para as votações. Desde que se iniciara o segundo turno, a Constituinte só conseguira número para deliberações (mínimo de 280) em 28 de julho e na quinta-feira passada — ainda assim por poucas horas. Victor Faccioni (PDS-RS) responsabilizou o PMDB e o PFL pela falta de quórum. "Há manobra declarada para não dar número", afirmou.

Francisco Kuster (PSDB-SC) e Amaury Muller (PDT-RS) pediram a convocação dos suplentes dos faltosos. E Jorge Uequed (PMDB-RS) propôs a formação de uma "frente parlamentar" para garantir as votações. Quando Ulysses chegou para fazer a verificação de presença, às 15h30, houve até uma manifestação nas galerias a favor da votação.

Quando as deliberações começaram, ainda houve certa tensão, pois o líder do PFL, José Lourenço, auxiliado por Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Paes Landim (PFL-PI), protestou contra as votações em bloco. "Não podemos colocar numa só votação coisas tão diferentes como esse dispositivo corporativista e peronista de direito autoral e dispositivos que asseguram direitos e liberdades individuais", disse Landim. "Está sendo desautorizado o representante do PFL nas negociações das lideranças" — advertiu o líder do PMDB, Néelson Jobim.

### Prefeitos lutam pelo IPTU progressivo

BRASÍLIA — A Associação dos Prefeitos das Capitais pediu ontem à Constituinte a rejeição da emenda que suprime a progressividade do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e a aprovação da emenda que permite devolução aos municípios, em qualquer circunstância, do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos pagos, a qualquer título aos seus servidores.

Os prefeitos querem também a rejeição da emenda que suprime o imposto sobre a venda de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto o óleo diesel, e da que retira dos municípios a competência de cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços) dos serviços de transportes, transferindo-a aos estados.

As propostas dos prefeitos, reunidos ontem em Brasília, foram entregues ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao relator Bernardo Cabral, pelos parlamentares Jarbas Vasconcelos, do Recife, Dante de Oliveira, de Curitiba, e Alceu Colliares, de Porto Alegre.

## Sarney prolonga a ditadura, diz Brizola

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, acusou ontem, em Porto Alegre, o presidente José Sarney e a maioria do Centrão de estarem "fazendo de tudo para que a Constituinte seja promulgada só no ano que vem". Segundo ele, "o presidente e sua turma querem continuar gozando os poderes discricionários da ditadura, para lançarem mão de manobras que possam melhorar a situação do governo junto a população com vistas às próximas eleições presidenciais". Brizola, irônico, disse que "nem mesmo um novo Plano Cruzado revertéria o posicionamento dos eleitores, que estão fartos do atual situacionismo".

Revelou que o PDT pensa em não assinar a Carta. "Com o atual texto, muito pobre em avanços sociais, estamos examinando, seriamente, a possibilidade de não assinarmos a Carta Constitucional

que não contempla qualquer modificação do modelo econômico do País", afirmou o presidente nacional do PDT. Ele lembrou que está "convencido de que a crise brasileira é reflexo do modelo econômico, e o atual projeto constitucional não cria a menor possibilidade de se reverter o quadro de injustiças".

Para Brizola, as eleições municipais não serão decisivas para as presidenciais. "No meu conceito, não irão permanecer os caciques, os currais, mas quem definirá o futuro sucessório serão os meios de comunicações, com os candidatos debatendo suas propostas." Admitiu que o PMDB e o PFL irão fazer a maioria dos prefeitos, mas que o novo presidente da República não sairá desses partidos, pois as próximas eleições presidenciais serão do "voto independente, talvez o mais independente de todos os tempos".